

## Responsabilidade com o Desenvolvimento Regional - II

Nilson Pimentel (\*)

14/04/2017

Muito se tem discutido sobre a gravidade desse momento atual na economia amazonense, digo, o incipiente movimento que passa o Polo Industrial de Manaus (PIM), pois como todos sabem que discurso e propaganda não alteram o status quo da produção industrial e da absorção de mão de obra na economia amazonense.

Além das commodities eletroeletrônicas em baixas vendas, altos estoques, o polo de duas rodas está com seus planejamentos de produção muito aquém de suas capacidades instaladas referentes aos anos anteriores, haja vista, ainda não se ter nenhum sinal de recuperação da economia brasileira, mesmo tendo alguns índices favoráveis, como a taxa de inflação de 4,56% (mar/17) e taxa SELIC em 11,25% (abr/17), demonstrando que os preços de mercado têm caído seguidamente e a taxa de juros básica da economia vem sendo reduzida gradativamente, não obstante, as unidades familiares continuarem endividadas e os juros ofertados para consumo e/ou empréstimos ainda se encontram em alta, dificultando o crescimento do consumo e restringindo novos investimentos.

Também, se tem vivenciado um tsunami no cenário político jogando por terra a credibilidade dessa classe de políticos envolvida em corrupção e ladroagem de recursos públicos.

Esses graves acontecimentos impactam negativamente as possibilidades de restabelecimento do sistema econômico e, ainda, no Amazonas, e no PIM as atividades produtivas estão em baixa, comprometendo a absorção da mão de obra, provocando o maior desemprego na cidade de Manaus desses últimos 20 anos.

Para contribuir com esse cenário econômico negativo no PIM, o governo estadual ainda têm procedido aumento de alíquotas do ICMS para determinados produtos tidos por supérfluos, inclusive considerando nessa categoria os combustíveis, assim como, ameaça retirar a concessão de crédito estímulo do ICMS de 100% para diversos produtos como diferencial de perda de competitividade.

Entendem os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA) que seja necessário que o próprio governo estadual, como primordial indutor de políticas públicas que possibilitem processos ou ações de desenvolvimento econômico regional local, haja de forma diferenciada nesse momento de crise, pois não serão acarretando mais dificuldades as indústrias instaladas e ao comércio em geral, que se chegará a uma adequada situação fiscal que possa equilibrar as finanças públicas e suas situações orçamentarias.

A situação é grave para todos, porém o desemprego elevado que se vive atualmente, acarreta outras situações sociais de consequências piores, pois afeta a segurança, a saúde, a educação, etc.

Desde algum tempo seja prática no Amazonas, que alguns estudiosos do CEA analisam o desenvolvimento econômico regional local como resultante de políticas públicas, enquanto vontade daquele que domina a gestão do governo estadual, como “modelo de desenvolvimento” e sem as devidas práticas de planejamento econômico estratégico, realizados de cima para baixo, ou seja, conduzido por atores do próprio governo estadual e pelo sistema que ordena aquele município ou região, já comprovado que não trouxeram e nem trazem nenhum resultado econômico concreto no médio prazo.

Nesse tempo de crise econômica e política, no qual a escassez de recursos é o ponto central de quaisquer negociações, tem a peculiaridade de ser marcado por fortes transformações e turbulências que condicionam os mecanismos de tomada de decisão por parte dos gestores públicos.

Contudo, para alguns gestores públicos estaduais, quer por ambições políticas partidárias ou pessoais não querem

enxergar a gravidade do momento, chegando a penalizar toda a sociedade com suas decisões esdrúxulas que certamente comprometerá o futuro.

No entanto, para os especialistas do CEA, é justamente nesse contexto que estudos locais ganham maior interesse e importância, como regional local, onde o município assume as funções que antes ficavam a encargos de instâncias do poder estadual, contudo, está sob a competência e preparo dos gestores municipais, e caso não possuam esses requisitos de gestão, levam o município aos piores estágios de estagnação econômica, como é notório no estado do Amazonas.

Desta forma, cada vez mais os municípios ou cidades deixam de se constituírem em um espaço estratégico para processos de desenvolvimento econômico, sempre com profundas consequências econômicas, sociais e regionais, contribuem para deixá-los em estagnação econômica, atrasando, sobremaneira, a recuperação econômica e aumentando a pobreza regional.

No Amazonas, ainda se alastram e se arraigam na prática da gestão municipal, um tipo de coronelismo dependente do poder estadual, em que a gestão municipal só tem algum destaque se o governo estadual 'apoiar', onde importantes demandas sociais como objeto de política pública municipal local, como o combate ao desemprego e à pobreza, além dos chamados serviços urbanos (água, luz, esgoto, saneamento, transporte, moradia em sentido amplo) e outros serviços de âmbito local (saúde e educação) devem ser de "responsabilidade" do governo estadual, sem o qual nada será realizado no âmbito municipal.

Assim, se vive o processo de gestão dos Municípios das nove sub-regiões em que o Amazonas está dividido, não tendo capacidade de distinção entre política econômica e política social nem quanto ao papel a ser desempenhado por cada instância de governo. Sem as forças políticas dominantes, os gestores municipais ficam refém desse estado de dependência total daquele gestor estadual do momento.

A discussão do papel dos municípios na promoção do desenvolvimento econômico aponta para o crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida e à busca de soluções dos problemas urbanos e, enfim, da gestão municipal local.

Sendo assim, a gestão municipal necessita ganhar uma dinâmica própria e se materializar em projetos e arranjos institucionais específicos no interior de cada executivo municipal, saindo da mesmice de que os municípios não têm se assumido, enquanto ser o próprio agente de seu desenvolvimento econômico.

É por isso que, para os economistas desenvolvimentistas do CEA, se deve colocar sempre em debates as necessidades de se estabelecer programas e projetos relativos ao desenvolvimento econômico regional local, o sentido endógeno como primordial e importante para o desenvolvimento municipal, pois somente com essa visão endogeneizante do desenvolvimento local se poderá cumprir uma função importante no futuro econômico, social e ambiental para sua população, não apenas atuando como preservador de recursos naturais, assim como projetando novas formas de aproveitamento econômico das potencialidades regionais e de interação do homem com o meio ambiente que o cerca.

**(\*) Economista, engenheiro, administrador, Mestre em economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: [nilsonpimentel@uol.com.br](mailto:nilsonpimentel@uol.com.br).**